

# *Superior Tribunal de Justiça*

**EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1700895 - MG (2017/0241790-0)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**

**EMBARGANTE : UNIÃO**

**EMBARGADO : WEVERTON DE SOUZA SILVA**

**ADVOGADOS : DÉLIO SOARES DE MENDONÇA JÚNIOR -  
MG102770**

**MARIA REGINA DE SOUSA JANUÁRIO E OUTRO(S) -  
MG099038**

## **EMENTA**

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REQUISITOS. INOCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA.

1. Os embargos de declaração têm ensejo quando há obscuridade, contradição, omissão ou erro material no julgado, a teor do disposto no art. 1.022 do CPC/2015.
2. Hipótese em que não há no acórdão nenhuma situação que dê amparo ao recurso integrativo.
3. A matéria que não foi ventilada no momento oportuno, mas somente nos embargos de declaração, configura inovação recursal insuscetível de conhecimento ante a preclusão consumativa.
4. Embargos de declaração rejeitados.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Regina Helena Costa votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 11 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Gurgel de Faria  
Relator